Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras



Relatório da Administração

Senhores cotistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetermos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

Saldos apresentados em R\$ mil

Desempenho nos negócios

A Stripe do Brasil Soluções de Pagamento Instituição de Pagamento Ltda. ("Stripe"ou "Companhia") apresentou prejuízo de R\$ 19.109 (dezenove mil cento e nove reais) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Apesar do resultado adverso, a Companhia ao longo dos últimos exercícios vem expandindo suas operações de forma consistente por meio da prospecção de novos clientes e aumento de volume transacionado.

Em 6 de maio de 2022, por meio do oficio nº 9.638/2022 a Companhia foi autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") como Instituição de Pagamento na modalidade credenciador. A autorização do BACEN traz credibilidade à Companhia, o que aumenta a confiança dos clientes em relação à Stripe do Brasil Soluções de Pagamento Instituição de Pagamento Ltda.

Estrutura de gerenciamento de riscos

Conforme disposto na Circular n° 3.681/2013 que dispõe sobre gerenciamento de riscos, requerimentos mínimos de patrimônio, governança de instituições de pagamento, preservação do valor e da liquidez dos saldos em contas de pagamento, as credenciadoras devem manter, permanentemente, o patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% (dois por cento) do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses.

Sendo assim, a Stripe aumentou seu capital social ao longo do primeiro semestre de 2022 no montante de R\$ 11.136 (onze mil, cento e trinta e seis reais) e em setembro de 2022 obteve autorização do regulador para efetivar o aumento de capital no montante de R\$ 26.800 (vinte e seis mil, oitocentos reais), totalizando o aumento de capital ao longo do exercício de 2022 no montante de R\$ 37.936 (trinta e sete, novecentos e trinta e seis reais) com vistas a reforçar a posição financeira da Companhia e gerir o enquadramento prospectivo do patrimônio líquido aos limites de capital estabelecidos pelo BACEN.

São Paulo, 22 de março de 2023.

Índice

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras	. 1
Balanço patrimonial	. 4
Demonstração do resultado	
Demonstração de resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da **Stripe do Brasil Soluções de Pagamento Instituição de Pagamento Ltda.** São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Stripe do Brasil Soluções de Pagamento Instituição de Pagamento Ltda. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Stripe do Brasil Soluções de Pagamento Instituição de Pagamento Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-2SP034519/O

Henrique Furtado Maduro Contador CRC-SP291892/O

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 (Apresentado em R\$ mil)

Ativo	<u>Nota</u>	31/12/2022	Passivo e patrimônio líquido	<u>Nota</u>	31/12/2022
Circulante			Circulante		
Disponibilidades	3	25.798	Outras obrigações		
Instrumentos financeiros	4	33.336	Obrigações por transações de pagamento	9	94.537
Contas a receber de emissores	5	90.165	Obrigações por serviços de instituidores de arranjo	10	1.421
Valores a receber sociedades ligadas	6	1.847	Sociais e estatutárias	11	5.762
Impostos e contribuições a compensar		1.292	Fiscais e previdenciárias		466
Outros créditos e outros valores e bens		153	Valores a pagar sociedades ligadas	6	5.124
Total do ativo circulante		152.592	Outros		748
			Total do passivo circulante		108.059
Realizável a longo prazo			Não Circulante		
Depósito judicial		51	Outras obrigações		
			Valores a pagar sociedades ligadas	6	19.216
			Total do passivo não circulante		19.216
Imobilizado de uso	7	272			
Intangível	8	587	Patrimônio líquido		
			Capital social	12	65.700
Total do ativo não circulante		910	Prejuízos acumulados		(39.473)
			Total do patrimônio líquido		26.227
Total do ativo		153.502	Total do passivo e patrimônio líquido		153.502

Demonstração do resultado - Para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Apresentado em R\$ mil)

	<u>Nota</u>	2º semestre/22	31/12/2022
Receita bruta	13	30.101	56.444
Custos totais	14	(16.851)	(34.105)
Lucro bruto		13.250	22.339
Despesa com pessoal Despesas administrativas Serviços de terceiros Outras receitas / (despesas) não operacionais Despesas operacionais e não operacionais	15	(17.452) (3.253) (2.316) 3.868 (19.153)	(31.933) (6.463) (3.666) 3.005 (39.057)
Prejuízo operacional		(5.903)	(16.718)
Ganho / (Perda) de variação cambial líquida Despesa de juros Rendimento de aplicação Receitas / (Despesas) financeiras	6 4	(2.743) (811) 1.643 (1.911)	(2.605) (1.587) 1.800 (2.392)
Prejuizo antes dos impostos		(7.814)	(19.110)
Impostos sobre o lucro		-	-
Prejuízo líquido do semestre / exercício		(7.814)	(19.110)

Desmontração de Resultado Abrangente - Para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Apresentado em R\$ mil)

	2º semestre/22	31/12/2022
Prejuízo líquido do semestre / exercício	(7.813)	(19.110)
Total do resultado abrangente do semestre / exercício	(7.813)	(19.110)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Apresentado em R\$ mil)

	<u>Nota</u>	Capital Social	Reserva de Lucros / (Prejuízos)	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 30 de junho de 2022		38.900	(31.660)	7.240
Aumento de capital Prejuízo do semestre		26.800	- (7.814)	26.800 (7.814)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12	65.700	(39.474)	26.226
Saldos em 31 de dezembro de 2021		27.764	(20.364)	7.400
Aumento de capital Prejuízo do exercício		37.936 -	- (19.110)	37.936 (19.110)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12	65.700	(39.474)	26.226

Demonstração dos fluxos de caixa - Para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ($Apresentado\ em\ R\$\ mil)$

	<u>Nota</u>	2º semestre/22	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do semestre / exercício	13	(7.814)	(19.110)
Juros de mútuo não pagos	6	811	1.587
Provisão de obrigações por transações de pagamento		777	129
Provisão de perdas		1.285	2.457
Depreciação	7	25	25
Provisão para participação no resultado	11	745	1.520
Variação cambial decorrente de transações de pagamento		1.299	2.157
Prejuízo ajustado		(2.873)	(11.235)
(Aumento)/redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de emissores		(31.139)	(16.158)
Valores a pagar sociedades ligadas		1.179	16.040
Outros créditos		(706)	(936)
Depósito judicial		(51)	(51)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:			
Obrigações por transações de pagamento		36.328	5.783
Obrigações por serviços de instituidores de arranjo		283	(518)
Sociais e estatutárias		437	1.437
Fiscais e previdenciárias		(686)	(1.634)
Valores a pagar sociedades ligadas		3.300	2.991
Outros		(29)	(262)
Caixa proveniente/(utilizado) nas operações		8.916	6.692
Impostos pagos		(1.292)	(7.598)
Caixa líquido gerado nas / (aplicado em) atividades operacionais		4.750	(12.141)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Imobilizado		(296)	(296)
Caixa líquido/(aplicado em) atividades de investimento		(296)	(296)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		26.800	37.936
Caixa líquido gerado nas/(aplicado em) atividades de financiamento		26.800	37.936
Redução do saldo de caixa e equivalente de caixa		31.254	25.499
Caixa e equivalente de caixa			
•	3 e 4	59.134	59.134
No início do período		27.880	33.635
Aumento / (redução) de caixa e equivalente de caixa		31.254	25.499

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras (Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Stripe do Brasil Soluções de Pagamento Instituição de Pagamento Ltda. ("Stripe" ou "Companhia") foi constituída no Brasil em 24 de março de 2015 na forma de uma sociedade limitada e tem como objetivo principal a prestação de serviços de pagamentos, incluindo a captura, transmissão, processamento de dados e a liquidação financeira das transações dos instituidores dos arranjos, bem como o desenvolvimento e instalação da estrutura tecnológica necessárias para tal atividade. Suas atividades no país se inserem dentro do plano de expansão internacional da Stripe, Inc. ("Matriz").

Em 6 de maio de 2022, por meio do oficio nº 9.638/2022 a Companhia foi autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") como Instituição de Pagamento na modalidade credenciador. A autorização do BACEN traz credibilidade à Companhia, o que aumenta a confiança dos clientes em relação à Stripe do Brasil Soluções de Pagamento Instituição de Pagamento Ltda.

A sede social da Companhia está localizada na Avenida Paulista 1.374, 4º andar, São Paulo, SP, CEP 01310-916.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Bases de elaboração, apresentação, declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas sob o pressuposto de continuidade com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Banco Central do Brasil, denominadas em conjunto "COSIF".

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

Em 1º de janeiro de 2021 entrou em vigor a Resolução BACEN nº 2 que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras e os procedimentos para elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os princípios gerais apresentados não divergem das práticas contábeis aplicadas pela Stripe.

Em virtude de a Companhia ter recebido autorização de funcionar pelo BACEN em 6 de maio de 2022, passando a enviar informações requeridas pelo BACEN a partir dessa data, a Companhia optou pela faculdade prevista no art. 42, parágrafo 5°, da Resolução BACEN nº 2/20 de não apresentar as informações comparativas nestas demonstrações financeiras por se tratar da primeira demonstração financeira do exercício findo em 31 de dezembro, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Em 1º de janeiro de 2022 entrou em vigor a Resolução BACEN nº120 que estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas Instituições de Pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelos representantes da Companhia e autorizadas para emissão em 23 de março de 2023.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras (Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais mil (R\$), sendo reais a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a adoção de estimativas contábeis e o julgamento por parte da Administração da Companhia que impactam a aplicação das políticas contábeis e o valor de certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas no exercício demonstrado. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas.

No caso específico destas Demonstrações Financeiras, o julgamento que possui efeito significativo é o saldo das provisões para perdas, conforme segue:

Provisão para valores a receber relativos a transações de pagamento:

No curso normal de suas atividades a Companhia pode ter que cobrar valores que lhe são devidos por seus clientes (chargeback ou fraude, por exemplo), ou decorrentes de problemas operacionais diversos. De forma a refletir a incerteza no efetivo recebimento futuro destes valores, a Companhia adota como política realizar a provisão de natureza prospectiva para eventuais perdas com base em modelos estatísticos desenvolvidos internamente.

Saldos provisionados não regularizados são tempestivamente reconhecidos como perdas no resultado se atendem um dos seguintes critérios:

- Estão pendentes há pelo menos 10 dias no momento do encerramento de um período de mensuração (mensal); ou
- Saldos devidos por um cliente no momento do encerramento de um período também eram devidos no encerramento do período anterior.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Com objetivo de apresentação na demonstração do fluxo de caixa, o caixa e equivalentes de caixa correspondem a disponibilidades em moeda nacional, em moeda estrangeira ou aplicações em depósitos interfinanceiros, com liquidez imediata prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Saldos mantidos em moeda estrangeira são apresentados na moeda funcional Reais, convertidos para Reais pela taxa de câmbio vigente na data base de apresentação. Os saldos em moeda estrangeira são advindos da operação da Stripe, possuem giro rápido e são utilizados na sua totalidade ao longo do exercício.

A composição destes saldos é apresentada nas Notas Explicativas nº 3 e 4.

2.5. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros adquiridos para carteira própria são reconhecidos pelo valor efetivamente pago, acrescido de custos de corretagens e emolumentos, e são classificados em linha a intenção da Administração da Companhia em três categorias distintas, conforme Circular BACEN nº 3.068/01:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras (Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

Títulos para negociação

São aqueles adquiridos com o propósito de serem negociados de forma ativa e frequentemente. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7° da Circular no 3.068, de 08/11/2001 do BACEN, os instrumentos financeiros classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

Títulos disponíveis para venda

São aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do exercício, e, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.

Mantido até o vencimento

São aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados a valor de mercado.

Os instrumentos financeiros classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor de mercado. O valor de mercado, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor de mercado possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Os instrumentos financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os instrumentos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte da contraparte, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável ("imparidade") de um título ou valor mobiliário é reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil exceder o seu valor recuperável.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando do vencimento dos direitos contratuais aos fluxos de caixa decorrentes de sua posse. Os passivos financeiros são baixados quando do vencimento ou cancelamento de suas obrigações.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não detinha títulos mantidos até o vencimento.

2.6. Contas a receber de emissores

Valores das transações realizadas pelos portadores dos cartões emitidos por instituições financeiras, tendo os referidos saldos, prazos inferiores a um ano.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras (Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.7. Obrigações por transações de pagamento

Os saldos de contas a pagar relativos a transações de pagamento, da mesma forma que reconhece um ativo quando da realização de uma transação (Contas a receber de emissores), a Companhia reconhece um passivo decorrente de sua obrigação de pagar seu cliente na data acordada. Estes valores são baixados quando o efetivo pagamento para o cliente.

2.8. Benefícios a empregados

Passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados como despesas conforme o serviço relacionado seja incorrido.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago de acordo com os planos de bônus em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, caso a Companhia tenha uma obrigação construtiva de pagar esse valor devido a serviços passados prestados por funcionários e a obrigação pode ser estimada com segurança.

2.9. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle dos serviços para seus clientes, em montante que reflete a expectativa de recebimento pela Companhia por estes serviços. A Stripe compreende que é a responsável dos acordos com seus clientes pois, de maneira geral, ela controla os serviços antes de transferi-los a seus clientes. A Companhia adota as seguintes etapas no processo de reconhecimento da receita:

- Identificação do contrato com o cliente;
- Identificação das obrigações previstas no contrato;
- Determinação do preço;
- Alocação do preço da transação às obrigações do contrato; e
- Reconhecimento da receita quando a Companhia entrega o serviço contratado.

A Companhia reconhece suas receitas pelo valor justo da contraprestação recebida, de acordo com o princípio da competência. A receita é reconhecida líquida de cancelamentos, chargebacks e descontos comerciais, bem como de impostos diretamente incidentes.

As rendas estão assim apresentadas nestas demonstrações financeiras:

Rendas por serviços de pagamento

Derivadas do serviço de captura e liquidação de transações de cartões. A receita é reconhecida como a totalidade do valor descontado do cliente para realizar cada transação e sua liquidação se dá através do pagamento líquido das transações para os clientes.

Rendas de outros serviços

Derivadas da prestação de serviços não diretamente ligados a captura de transações, como por exemplo serviços de antifraude, conciliação, faturamento, entre outros.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras (Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

Rendas por antecipação de obrigações de transações de pagamento

A receita com aquisição de recebíveis junto aos clientes é reconhecida "pro rata temporis", considerando os seus prazos de vencimento.

Rendas de serviços prestados a ligadas

Decorrente de contratos de Suporte e Comercialização de Serviços mantidos com a Matriz referente ao contrato de Prestação de Serviços de Pesquisa e Desenvolvimento mantido com a Matriz.

2.10. Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são avaliados ao custo histórico, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do ativo imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, e dessa forma são reconhecidos no resultado.

2.11. Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. É composto pelos ativos intangíveis adquiridos separadamente, no qual corresponde aos ativos com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.12. Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis

Pelo menos uma vez ao ano ou sempre que houver evidência, a Companhia revisa o valor contábil de seu ativo intangível para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o menor valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.13. Custos

Compreendem os gastos incorridos pela Companhia na prestação de serviços para seus clientes, considerando os custos as tarifas bancárias transacionais e os custos associados a transações de pagamentos.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras (Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.14. Despesas operacionais

Os principais componentes das Despesas Operacionais são despesas de pessoal, aí incluídos encargos e benefícios de seus colaboradores, além de serviços gerais prestados por terceiros, tais como advogados, contadores e auditores.

Ao longo do primeiro semestre de 2022 a Companhia não incorreu em custos ou despesas não recorrentes.

2.15. Tributos sobre vendas

A tributação sobre as rendas da Stripe é conforme segue apresentado abaixo:

Rendas por serviços de pagamento e rendas de outros serviços

PIS e COFINS com alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente, e, ISS com alíquotas de 2,00% (rendas de serviços de pagamentos) e 2,90% (rendas de outros serviços prestados), sob o regime de competência.

Rendas por antecipação de obrigações de transações de pagamento

PIS e COFINS com alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, sob o regime de competência.

Rendas de serviços prestados a ligadas

As receitas reconhecidas através dos contratos com a Matriz são tributadas pelo ISS com alíquota de 2,00% (rendas de serviços prestados a ligadas), sob o regime de competência.

2.16. Imposto de renda e contribuição social corrente

A Stripe é optante pelo regime de lucro real anual, na qual obtém a sua base de cálculo de acordo com o lucro líquido obtido pela Companhia no exercício.

Os impostos são baseados no lucro tributável do exercício. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, quando aplicável.

É importante destacar que a Companhia não possui base de cálculo tributável no exercício para apuração do imposto de renda e contribuição social corrente do exercício, conforme apresentado na Demonstração de Resultados.

2.17. Alterações de normas contábeis

Convergência às normas internacionais

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central somente quando aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN").

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras (Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

Desta forma a Companhia, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

- CPC 00 Pronunciamento contábil básico (R1), homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- CPC 01 (R1) Redução ao valor recuperável de ativos, homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 02 (R2) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- **CPC 03 (R2) Demonstrações do fluxo de caixa**, homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 04 (R1) Ativo Intangível, homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- **CPC 05 (R1) Divulgação de partes relacionadas**, homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 10 (R1) Pagamento baseado em ações, homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros, homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- CPC 24 Divulgação de eventos subsequentes ao semestre a que se referem as demonstrações contábeis, homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- **CPC 25 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**, homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- **CPC 27 Ativo Imobilizado**, homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- CPC 33 (R1) Benefícios pagos a empregados, homologado pela Resolução nº 4.877/20;
- CPC 46 Mensuração do Valor Justo, tema consolidado pela Resolução nº 4.924/21.
- CPC 47 Receita de contratos de clientes, homologado pela Resolução nº 120/21.

Não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização deles será de forma prospectiva ou retrospectiva para as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em exercícios futuros

- **CPC 06 (R2) Arrendamentos**, homologado pela Resolução CMN nº 4.975/21 com vigência prevista para 1 de janeiro de 2025. Os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor; e
- Resolução CMN nº 4.966 e Resolução BACEN nº 219/22 Dispõem sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução CMN no 2.682/99, a Circular BACEN nº 3.068/01 e a Circular BACEN no 3.833/17, com vigência prevista para 1 de janeiro de 2025. Os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras (Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

3. Disponibilidades

	<u>31/12/2022</u>
Saldos em Reais (R\$)	20.886
Saldos em Dólares (US\$)	4.912
TOTAL	25.798

Os saldos em Reais correspondem a saldos bancários mantidos em bancos brasileiros. Já os saldos em Dólares correspondem aos saldos mantidos em conta fora do país e convertidos para Reais na data de apresentação.

4. Instrumentos financeiros

	31/12/2022
Instrumentos financeiros - equivalentes de caixa	33.336
TOTAL	33.336
Total circulante	33.336

Os saldos de Instrumentos financeiros correspondem a títulos e valores mobiliários - certificados de depósito bancário e aplicação overnight - de liquidez imediata contratados no Brasil ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O resultado obtido com Instrumentos Financeiros ao longo do segundo semestre de 2022 foi de R\$ 1.643 e no exercício foi de R\$ 1.800.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. Os Instrumentos financeiros, por mais que os papéis possam deter vencimento superiores a 90 dias, possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sem restrição quanto a liquidação, e assim são utilizadas como parte da gestão de caixa da Stripe.

A posição de caixa e equivalente de caixa no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 59.134.

5. Contas a receber de emissores

31/12/2022
90.165
90.165

24 /4 2 /2 0 2 2

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras (Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

Refere-se aos valores a receber dos bancos emissores decorrentes de transações realizadas pelos clientes, sendo os saldos de contas a receber em até 30 dias são representados por 91%.

6. Partes relacionadas

Ativo Circulante	31/12/2022
Stripe, Inc.	
Prestação de serviços	617
Tributos retidos sobre empréstimos	1.230
TOTAL	1.847

- Prestação de serviços referem-se a saldos a receber da Matriz em conexão com contratos de Suporte e Comercialização de Serviços e Prestação de Serviços de Pesquisa e Desenvolvimento.
- Tributos retidos sobre empréstimo (mútuo) refere-se ao reembolso devido pela Matriz à Companhia por conta do pagamento efetuado por esta relativo a tributos sobre os juros incidentes sobre uma operação de mútuo.

Passivo Circulante	31/12/2022
Stripe, Inc.	
Reembolso de despesas	(5.124)
Passivo Não Circulante	
Stripe, Inc.	
Empréstimo – mútuo	(19.216)
TOTAL	(24.340)

- Reembolso de despesas refere-se a valores devidos em conexão com incorridas pela Companhia e pagas pela Matriz e saldos transacionais.
- Empréstimo (mútuo) referente a operação junto à Matriz com início no exercício de 2021, considerando o montante de principal de R\$ 15.800 e R\$ 3.416 referente a despesa de juros reconhecidos e ainda não pagos, sendo R\$ 811 reconhecidos ao longo do segundo semestre de 2022 e R\$ 1.587 reconhecidos ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

7. Imobilizado de uso

Ao longo do 2º semestre de 2022 a Companhia adquiriu equipamentos de tecnologia no montante de R\$ 297, nos quais serão depreciados em 24 meses. Sendo reconhecido despesa com depreciação o montante de R\$ 25 no período de seis meses e exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 a Stripe não havia reconhecido perdas estimadas com imobilizado de uso.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras (Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível

Em 2021 a Companhia adquiriu a licença para poder aceitar as transações de pagamento com a bandeira Elo no valor de R\$ 587. O montante foi integralmente reconhecido como intangível em vias de implantação, uma vez que ainda não foram iniciadas capturadas de transações com o referido arranjo de pagamento.

9. Obrigações por transações de pagamento

	<u>31/12/2022</u>
Obrigações por transações de pagamento	(94.537)
TOTAL	(94.537)

Correspondem ao montante devidos pela a Companhia devidos aos seus clientes relativos as transações realizadas, mas ainda não liquidadas para os mesmos.

10. Obrigações por serviços de instituidores de arranjo

	31/12/2022
Obrigações por serviços de instituidores de arranjo	(1.421)
TOTAL	(1.421)

Correspondem aos valores a serem repassados diretamente aos Instituidores de Arranjos ("Bandeiras") decorrente das transações capturadas pela Companhia.

11. Sociais e estatutárias

	<u>31/12/2022</u>
Despesas de pessoal	(2.576)
Impostos e contribuições sobre salários	(1.666)
Provisão para participações no resultado	(1.520)
TOTAL	(5.762)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras (Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

Capital social

Em 1º de janeiro de 2022 o capital social da Companhia totalizava R\$ 27.764, composto por igual número de cotas de valor nominal R\$ 1,00 reais. Com vistas a reforçar a posição financeira da Companhia e garantir o enquadramento prospectivo do patrimônio líquido aos limites de capital estabelecidos pelo BACEN através da Circular nº 3.681/2013, em janeiro de 2022 foi realizado um aumento de capital no montante de R\$ 11.136 (onze mil, cento e trinta e seis), totalizando em R\$ 38.900 no primeiro semestre. O aumento foi integralizado em sua totalidade com a correspondente emissão da quantidade de 1.136 (onze mil, cento e trinta e seis) novas cotas de valor nominal R\$ 1,00 reais.

Em julho de 2022 a Companhia iniciou o processo de aumento de capital junto ao BACEN no montante de R\$ 26.800, o aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 29 de setembro de 2022, sendo assim foi integralizado em sua totalidade com a correspondente emissão de novas cotas na quantidade de 26.800.270 com valor nominal de R\$ 1,00 real pela acionista majoritária (Stripe Participações Ltda.), totalizando o capital social em R\$ 65.700 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O aumento de capital teve vistas a reforçar a posição financeira da Companhia e gerir o enquadramento prospectivo do patrimônio líquido aos limites de capital estabelecidos pelo BACEN.

Dessa forma, a evolução da participação dos sócios no capital pode ser descrita na tabela abaixo:

	31/12/2021		31/12/2022	
	Valor das cotas	%	Valor das cotas	%
Stripe Payments Europe, Limited	2	0.01%	2	0.004%
Stripe Participações LTDA	27.762	99.99%	65,697	99.996%
TOTAL	27.764	100%	65,700	100%
	31/12/202 Quantidade de Cotas	% %	31/12/202 Quantidade de Cotas	<u>2</u> %
Stripe Payments Europe, Limited	2.490	0.01%	2.490	0.004%
Stripe Participações LTDA	27.761.085	99.99%	65.697.441	99.996%
TOTAL	27.763.575	100%	65.699.931	100%

Os colaboradores da Companhia são elegíveis a um plano de remuneração variável através do qual recebem RSUs (Restricted Share Units) da Matriz. As RSUs geralmente adquirem direitos mediante a satisfação de uma condição de serviço e de uma condição de liquidez. A condição de serviço para a maioria desses prêmios é satisfeita ao longo de quatro anos. A condição de liquidez será satisfeita vários meses após eventual IPO da Matriz ou mediante evento de mudança de controle. Em 31 de dezembro de 2022 nenhuma despesa de compensação baseada em ações foi reconhecida para esses prêmios, considerando que não existe um plano formal ou probabilidade de ocorrer em curto prazo relacionado a qualquer evento de liquidez, aí incluído um IPO.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras (Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receitas

	2° semestre 31/12/2022	Exercício 31/12/2022
Rendas por serviços de pagamento	19.832	38.159
Rendas de outros serviços	1.136	1.451
Rendas por antecipação de obrigações de transações de pagamento	52	77
Rendas de serviços prestados a ligadas	9.081	16.757
Receita Bruta	30.101	56.444
(-) Tributos sobre as rendas	(834)	(2.423)
Receita líquida	29.267	54.021

- As rendas por serviços de pagamento são decorrentes da prestação de serviço de captura e liquidação de transações de cartões de crédito e débito. Rendas de outros serviços são decorrentes da prestação de serviços não diretamente ligados a processamento de transações, como por exemplo serviços de antifraude, conciliação, faturamento, entre outros.
- Rendas por antecipação de obrigações de transações de pagamento junto aos clientes, é proveniente aos recebíveis adquiridos de transações de crédito.
- Rendas de serviços prestados a ligadas correspondem ao Contrato de Prestação de Serviços de Pesquisa e Desenvolvimento mantido com a Matriz.

As receitas são apresentadas líquidas de impostos. Para maiores detalhes ver nota explicativa nº 2.9.

14. Custos operacionais

	2° semestre	Exercício
	31/12/2022	31/12/2022
Serviços associados a transações de pagamentos	(14.919)	(29.034)
Serviços do sistema financeiro	(322)	(617)
Custos com impostos (Tributos sobre as rendas)	(834)	(2.423)
Outros custos operacionais	(776)	(2.031)
Custo totais	(16.851)	(34.105)

Os custos associados a transações de pagamentos são substancialmente representados por custos com intercâmbio (remuneração do emissor do cartão utilizado na transação efetuada pelo portador do cartão), tarifas de bandeiras (remuneração dos arranjos de pagamento dos cartões utilizados), bem como despesas com processamento de dados, entre outros.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras (Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

Os outros custos operacionais são representados por gastos com a manutenção da estrutura operacional da Companhia.

15. Despesas operacionais

	2° semestre	Exercício
	31/12/2022	31/12/2022
Despesa com pessoal	(17.452)	(31.933)
Despesas administrativas	(3.253)	(6.463)
Serviços de terceiros	(2.317)	(3.666)
Despesas operacionais	(23.021)	(42.062)
Outras receitas / (despesas) não operacionais	3.868	3.005
Total dos custos operacionais e não operacionais	(19.153)	(39.057)

Despesas com pessoal compreendem as despesas de remuneração, incluindo os salários, férias, 13°, benefícios e reembolsos. Já as despesas administrativas compreendem gastos com fornecedores em geral, despesas legais, contribuições, perdas operacionais, outros impostos e taxas, etc.

Serviços de terceiros são referentes a despesas com fornecedores prestadores de serviços, serviços de consultoria e auditoria, serviços de contabilidade terceirizada, processamento de folha de pagamento, entre outros.

16. Instrumentos financeiros

A Stripe possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, em consonância com práticas de gestão ditadas pela Circular BACEN n° 3.681/13.

16.1 Risco de liquidez

A natureza dos serviços prestados pela Stripe reduz consideravelmente os riscos de liquidez uma vez que pelos parâmetros operacionais dos arranjos de pagamentos preveem que, no fluxo normal de liquidação de uma transação, esta seja liquidada primeiro para a Companhia e apenas posteriormente para os estabelecimentos clientes. A exceção a esta regra são transações antecipadas.

De toda forma, a Companhia atua de maneira tempestiva na manutenção de seus níveis de liquidez, como pode ser evidenciado pelo recente aumento de capital (ver nota explicativa nº 12).

16.2 Risco de crédito

No curso normal de suas operações a Companhia está exposta a riscos de crédito decorrentes das seguintes possibilidades:

- Não recebimento de valores devidos pelos arranjos de pagamento; e
- Não recebimento de valores devidos por clientes e/ou parceiros decorrentes de fraudes, chargebacks ou problemas operacionais.

A Companhia entende que o primeiro risco é imaterial por conta das diversas garantias criadas pelos Instituidores dos Arranjos de Pagamento e pela higidez do sistema financeiro brasileiro.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras (Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

O segundo risco é endereçado a) do ponto de vista operacional, através da melhoria constante de seus modelos de operação e de credenciamento de estabelecimentos. e b) do ponto de vista financeiro através da constituição de provisões para perdas (ver nota explicativa nº 2.3).

16.3 Risco de capital

A Companhia gerencia seu capital social levando em consideração os níveis necessários para assegurar a continuidade das operações, em linha as regras emanadas pelo BACEN a Companhia efetuou um aumento de capital no exercício de 2021 e ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de modo a assegurar enquadramento em linha a Circular 3.681/2013.

De acordo com o previsto nesta Circular, Instituições de Pagamento ("IPs") devem ter patrimônio líquido no mínimo igual a 2% da média mensal das transações de pagamento processadas ao longo dos últimos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atende ao capital mínimo regulatório exigido.

Em 13 de março de 2022 o BACEN publicou a Resolução 198/2022, na qual altera o disposto pela Circular 3.681/2013 no que tange ao capital prudencial, a regra entrará em vigor em 1º de julho de 2023 de acordo com a Resolução BACEN 258/2022 publicada em 18 de novembro de 2022. A Companhia está avaliando os impactos da nova legislação com vistas a sempre garantir o enquadramento prospectivo nas disposições da nova regulação.

16.4 Valor justo dos instrumentos financeiros

Ao medir o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado sempre que possível. Valores justos são classificações em diferentes níveis de acordo com a hierarquia que se baseia na informação (input) usada na determinação do valor do ativo ou passivo.

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: Inputs. exceto preços cotados incluídos no Nível 1. que são observáveis para o ativo e passivo. diretamente (preços) ou indiretamente (derivado do preço);
- Nível 3: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado.

A Companhia julga que para todos os seus ativos e passivos financeiros a classificação de Nível 1 é adequada e o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, sendo:

- Disponibilidades e Instrumentos financeiros, considerados como caixa e equivalentes de caixa são ativos de curto prazo e elevada liquidez;
- Contas a receber de emissores, são ativos com prazo médio curto e com contrapartes com
- elevada capacidade de crédito:
- Valores a receber com partes relacionadas, saldos decorrentes de contratos de prestação ser serviços celebrados com empresas do grupo e com reduzido prazo de liquidação;
- Obrigações por transações de pagamento e Obrigações por serviços de instituidores de arranjo, têm perfil análogo ao das Transações de Pagamentos a Receber;
- Contas a pagar com partes relacionadas e Empréstimos, são substancialmente contratados junto a Stripe Inc. de maneira recorrente; e
- Fornecedores são contas com prazo curto de liquidação.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras (Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e Contribuição social

	2° semestre 31/12/2022	Exercício <u>31/12/2022</u>
Prejuízo contábil do semestre / exercício	(7.814)	(19.109)
(+) Adições	126	819
Participação nos lucros – Administradores	-	691
Outras adições	126	129
(-) Exclusões		
Prejuízo acumulado após adições e exclusões	(7.688)	(18.289)
Compensação dos prejuízos	-	-
Prejuízo fiscal do semestre / exercício após a compensação	(7.688)	(18.289)

Conforme apresentado anteriormente, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não se utilizou, bem como não possui registro contábil, de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias. Sendo assim, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui o montante total de R\$ 6.218 de créditos tributários não ativados.

18. Ativos e passivos contingentes

A Stripe possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Circular BACEN n° 3.681/13.

A Stripe é parte de ações judiciais cíveis cujas as causas raiz estão relacionadas a operação da Companhia, sendo a natureza das demandas relacionadas a indenizações de danos morais ou materiais.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia era parte no total de 33 ações referente a esfera civil, nas quais 1 ação possuía probabilidade de perda classificada como Provável no montante de R\$ 0.3 (o que ensejou a constituição de provisão em passivos contingentes) e 32 ações com probabilidade de perda classificada como Possível no montante de R\$ 1.221.

19. Seguros

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui seguro na modalidade de D&O (Directors and Officers) junto à AIG Seguros, a apólice prevê cobertura de até R\$ 20.000 e esta cobertura se encontrava válida em dezembro de 2022 (contratado em fevereiro de 2022). Em complemento, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui seguro também na modalidade de Responsabilidade Civil Geral junto a Chubb Seguros, a apólice prevê cobertura de até R\$ 5.077 e esta cobertura se encontrava válida em junho de 2023 e foi contratada em maio de 2022.

* * *